

SOLIDARIEDADE E PAZ: ELEMENTOS PARA A LEITURA DE UMA CAMPANHA¹

JOVINIANO SOARES DE CARVALHO NETO*

A escolha de alguém do CEAS para falar durante a Campanha da Fraternidade é uma honra e tem um significado, porque se está optando por uma instituição vinculada à Igreja, já que se trata de uma obra da Companhia de Jesus, mas que reúne pessoas, jesuítas ou não, católicos ou não, em torno do objetivo de assessorar movimentos e setores populares, aumentar a consciência e a organização popular. Os **Cadernos do CEAS** se colocam aos leitores como uma revista que *“apresenta, analisa e comenta a realidade brasileira, denunciando formas de opressão e desigualdades sociais e apontando a iniciativa das classes populares como caminho para a superação da miséria e da exploração, na direção de uma sociedade mais justa e humana, de real participação democrática”*².

O CEAS é uma instituição da Igreja, mas, como dizia o cardeal primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986), uma “instituição de fronteira”, na interseção com as lutas dos movimentos sociais. Então, quando se escolhe o CEAS se está orientando por uma análise sobre a Campanha da Fraternidade voltada para a paz que seja, ao mesmo tempo, capaz de valorizar as posições da Igreja e criticá-la. Não vamos, portanto, fazer aqui o resumo do Texto-Base da Campanha da Fraternidade, **Solidariedade e paz** (Conic, 2005), mas oferecer alguns elementos para a complementação da sua leitura.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CAMPANHA

Iniciamos colocando quatro elementos do contexto em que a Campanha nasce. O primeiro consiste no aumento da preocupação com a guerra, após a invasão do Iraque e do Afeganistão, não apenas por conta das milhares de mortes (mais de cem mil pessoas, somente no Iraque) mas também pelas teorias desenvolvidas para justificar as ações norte-americanas, as quais afrontam o direito internacional construído há séculos, desrespeitam os direitos humanos e marginalizam a Organização das Nações Unidas (ONU) e os demais Estados e nações que se oponham à vontade unilateral do que agora começaram a chamar de Império. A tese da “guerra preventiva” muda a própria justificação da guerra. O recurso legítimo à guerra não mais seria responder à agressão de outro país, bastando a opinião de que o outro pensa, algum dia, atacar.

Soma-se a isso a negação dos Tratados de Genebra no que concerne ao tratamento dos prisioneiros de guerra. Inventava-se o termo “combatentes ilegais” para alegar que os cativos afegãos não têm os direitos dos prisioneiros. Alega-se – e os juizes norte-americanos, apesar de toda a propaganda “patrioteira” começaram a reagir – que os prisioneiros da base militar de Guantánamo (enclave em território cubano obtido pelos Estados Unidos no século XIX,

¹ Esse texto reproduz com algumas mudanças de edição a Aula Magna proferida na abertura do ano letivo de Faculdade de Teologia de Feira de Santana (BA), em 14 de fevereiro de 2005.

² Esta frase encontra-se à página 2 de cada edição dos **Cadernos do CEAS**.

mediante um tratado) não estão sujeitos à legislação norte-americana nem podem recorrer aos direitos dos réus perante a justiça daquele país como de qualquer outra justiça. Estariam num limbo jurídico e num inferno na terra, onde poderiam ser fustigados, tentados e torturados³.

Elaborou-se pareceres pseudo-jurídicos autorizando o uso da tortura contra prisioneiros e continua se apresentando guerrilheiros rebeldes como monstros. Quem assistiu ao recente filme *Senhor dos Anéis* lembra de uns monstros (chamados *orcs*) que são agentes do mal. Uma pesquisadora de história da arte da Universidade Federal da Bahia (UFBA) fez uma análise e descobriu que muitos dos personagens e símbolos identificados com o mal são associáveis ao Oriente à África. Num dos momentos da película, inclusive, o herói se define como “*nós, homens do Ocidente*”⁴. Muitos dos terroristas, guerrilheiros e rebeldes são, portanto, tratados como não-humanos, com os quais se pode praticar monstrosidades, como se fez em Abu Ghraib. O objetivo é claro: punir, perseguir, linchar e matar pessoas sem as limitações legais.

Depois que acabou a justificativa da luta contra o comunismo, o primeiro sucedâneo que os norte-americanos tiveram foi a guerra contra o tráfico de drogas. Agora dispõem de um mais amplo e melhor, que é a guerra contra o terrorismo, ainda que não se abandone o pretexto anterior para passar por cima da soberania dos direitos humanos, quando assim se deseja. O terrorismo é um alvo indefinido e, por isso mesmo, invencível. Deflagra-se, assim, uma guerra que nunca poderá ser vencida, alimentando o terrorismo de um Estado contra outros, agredindo as populações e estimulando a rebelião.

O segundo elemento do quadro atual é, exatamente, a reação que cresce contra a globalização de cima para baixo nesta nova fase do capitalismo, a qual beneficia os interesses financeiros e das empresas chamadas de multinacionais (bancos e especuladores) mas que usam e são apoiadas pelos Estados em que têm sua sede, acionistas, executivos e para os quais remetem seus lucros. Então, o que se está vendo é que, depois da queda do Muro de Berlim (1989) e do que foi apresentado como a vitória definitiva do neoliberalismo, cresceu, no mundo inteiro, a percepção de que a globalização neoliberal aumentou a pobreza, a desigualdade e a exclusão social e, pior, exacerbou uma ideologia individualista, consumista, predatória, hedonista, que

³ Utilizamos aqui a imagem do inferno por parecer a mais adequada para qualificar as descrições de alguns norte-americanos que se revoltam, saem e denunciam, a exemplo do caso daquela agente com roupas de malha, botas e acessórios de couro se esfregando em prisioneiros muçulmanos, um dos quais reagiu cuspidando. Como, mesmo assim, não conseguia vencer a resistência dos presos, perguntou ao orientador o que podia fazer para quebrar sua moral, ao que ele respondeu que os muçulmanos se consideram impuros se tiverem contato com uma mulher menstruada. Daí, ela pegou a tinta de uma caneta vermelha e se melou para esfregar-se nele e ele achar que estava contaminado e ia dormir sem poder se purificar (cf. “Prostitutas ‘interrogam’ presos em Guantánamo”, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2005, p. 14. A matéria apresenta relatório do sargento Erik R. Saar encaminhado ao Pentágono, ao qual solicitou autorização para publicação em livro.

⁴ Trata-se de uma série de três filmes baseados na obra de J. R. Tolkien, todos premiados com *Oscars* (quatro em 2001, dois em 2002 e onze, inclusive o de melhor filme, em 2003), o que mostra, além da qualidade técnica, a capacidade de criar representações significantes para a cultura ocidental, especialmente anglo-saxônica. Tolkien criou um mundo no qual coexistem reis e guerreiros armados como na Idade Média, seres da mitologia inglesa (gnomos, elfos, magos) e monstros ativados por forças do mal.

é uma ameaça aos laços e à própria idéia da *solidariedade humana* desenvolvidos, inclusive, a partir do Cristianismo.

Uma das grandes contribuições do Cristianismo ao processo civilizatório é, ao contrário da visão romana, exatamente a idéia da co-responsabilidade dos homens uns com os outros. O neoliberalismo, por sua vez, consiste num projeto que enfatiza a competição, mesmo em condições profundamente desiguais entre as nações e as pessoas, defende a retirada dos controles do Estado e impulsiona a diminuição dos freios morais, reforçando, com isso, a violência estrutural e pessoal entre os homens. Em reação a esse tipo de globalização de cima para baixo está surgindo uma reação dos que propõem uma *globalização solidária*, de baixo para cima.

As Igrejas do Conic não colocam nesse texto, explicitamente, que fazem parte deste processo, mas justificam, na introdução, a Campanha com o envolvimento do Conic no trabalho do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) em relação à *Década para Superar a Violência (2001-2010)*. Articulam-se, também, com a *Década de uma Cultura de Paz e Não-Violência para as crianças do mundo* defendida pela ONU em 1998, indicando, assim, que têm fé nesse momento de resistência à globalização não-solidária.

Um terceiro elemento, relativo à conjuntura nacional, refere-se à preparação da Assembléia Geral do CMI, que vai ocorrer em 2006 em Porto Alegre (RS). E é a continuação da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2000 (cf. Conic, 2000). Na verdade, são as duas únicas Campanhas Ecumênicas feitas até agora, sendo esta última a continuidade direta da anterior, a um ponto que, na minha visão, os dois textos devem ser lidos em conjunto. De fato, eles colocam como objetivo geral unir as Igrejas cristãs e as pessoas de boa vontade na superação da violência, promovendo a solidariedade e a construção da cultura da paz (Conic, 2000: 17). Passam, depois, aos seis objetivos específicos, metade dos quais se voltam diretamente para dentro das Igrejas, o que marca um pouco a linha dessa Campanha, orientada inicialmente para a conversão das Igrejas e depois para a conversão da sociedade⁵. O Conic reconhece, aliás, que a Campanha de 2000 ajudou a fortalecê-lo e torná-lo conhecido no Brasil inteiro.

Um último elemento é a visibilidade, no Brasil, da questão da violência e do modo de enfrentá-la. Trata-se de um dos objetos de maior disputa político-ideológica, no qual interferem também grandes interesses econômicos. A forma como se encara a criminalidade e a violência fornece, no Brasil, e no mundo inteiro, um grande estandarte às forças conservadoras que, muitas vezes,

⁵ Os objetivos declarados são: 1) colocar no centro da vida e do testemunho das Igrejas a preocupação e o esforço de superar a violência e promover a solidariedade e a paz, alertar sobre o mau uso da identidade religiosa e étnica e lembrar o compromisso das religiões para com a paz; 2) desafiar as Igrejas a superar o espírito, a lógica e a prática da violência, tanto direta quanto estrutural, e a se opor a qualquer forma de violência, exclusão e intolerância; 3) promover uma espiritualidade alicerçada na reconciliação e na solidariedade; 4) promover ações públicas para reformar e aperfeiçoar a legislação e as instituições responsáveis pela segurança pública, tendo em vista o respeito aos direitos humanos e a sua inviolabilidade; 5) denunciar as injustiças e apoiar iniciativas de reformas estruturais que visem à transformação das condições econômicas, sociais e culturais que causam violência e 6) colocar-se ao lado dos desfavorecidos e contribuir para soluções não-violentas dos conflitos sociais.

desviam a atenção dos problemas fundamentais da realidade para colocar a responsabilidade no comportamento individual dos “desviados”. Há grandes interesses: o próprio texto frisa que a despesa com segurança corresponde a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (Conic, 2000: 46).

Mas as empresas de segurança são apenas uma parte dos que lucram com a existência e a propaganda da violência e da insegurança. Um dos aspectos a serem mais aprofundados neste texto é: quem lucra com a violência além dos privilegiados explicitamente? A quem interessa difundir a percepção de insegurança, daí retirando seus lucros? O óbvio seriam as grandes empresas de equipamentos de segurança e de blindagem de automóveis, entre outras. Há, contudo, todo um interesse da mídia e da indústria de entretenimento para as quais o ato de violência atende aos requisitos da *sociedade do espetáculo*. Neste conflito, as Igrejas são parte e alvo quando defendem os direitos humanos, dos presidiários e ex-presidiários, dos moradores de rua, dos trabalhadores sem terra e sem teto, dos índios etc.

A propósito, estava prevista a realização, em 2 de outubro deste ano, do referendo sobre a posse e comercialização de armas de fogo. As Igrejas vão utilizar essa campanha para mobilizar a população contra as armas e pressionar o governo a realizá-lo, na medida em que a lei (proibindo a comercialização de armas e munições) já aprovada necessita do mesmo para entrar em vigor. No entanto, o setor econômico do governo alega dificuldades de custo para se proceder a uma eleição nacional⁶. Então, esta perspectiva explica porque o texto da Campanha enfatiza dois aspectos na questão da violência: as armas de fogo e a violência doméstica. A prioridade para essa última teria outros motivos: atende à preocupação de todas as Igrejas com a família enquanto célula da sociedade, adequa-se à opção de lutar contra a cultura autoritária, uma das causas deflagradoras da violência, e, finalmente, repercute os resultados da Campanha da Fraternidade 2003, que focou os idosos.

Estes elementos nos dão um quadro que permite responder à pergunta: em que momento histórico essa Campanha aparece? Em nível internacional e local há uma consciência política da guerra e do avanço da barbárie e cresce a reação contra o tipo de globalização hegemônica no mundo. Do ponto de vista eclesial, é um momento específico das Igrejas e do seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e contra a violência no Brasil. Mas a Campanha de 2005 destaca-se também como uma expressão de ecumenismo, e para entender o significado disso achamos importante identificar o que ela tem de diferente das outras.

2. SIGNIFICADOS DE UMA CAMPANHA ECUMÊNICA

⁶ Quando encerrávamos a edição deste artigo, os jornais noticiavam que o relator se dispunha a adiar o referendo para fazê-lo coincidir com as eleições de 2006, enquanto o deputado Wanderval dos Santos (PL-SP) propôs mudar o texto da pergunta (“*O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?*”) aprovado pelo Senado, alegando que este induziria o eleitor a votar a favor da proibição. A nova redação (“*O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido aos cidadãos para sua defesa e de seus bens?*”), todavia, tem, segundo nossa avaliação, um efeito inverso, favorecendo o voto contrário (cf. “Ministro briga para manter texto do referendun”, **A Tarde**, Salvador, 19 de março de 2005, p. 18).

Entre as principais distinções entre essas campanhas ecumênicas e as demais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ressaltamos duas: de uma já falamos aqui, o fato de uma ser continuidade total da outra. Junto a isso, o que nos chamou mais foi o abandono do método *Ver-Julgar-Agir*. As Campanhas da Fraternidade então realizadas pela CNBB, incluindo a de 2004, mantinham a estrutura introduzida pela Ação Católica, segundo a qual se identifica primeiro a situação em que nos encontramos, depois o que Deus tem a dizer sobre ela e, julgando a realidade pelos critérios oferecidos pela reflexão evangélica, o que fazer para transformá-la. O texto de 2005, por seu turno, é concebido a partir de uma perspectiva essencialista, ontológica; parte da apresentação do Plano de Deus e depois desce para examinar a realidade do mundo que precisa ser resgatado, mostrando nele não só os efeitos do pecado mas os exemplos e os sinais da luta das pessoas, grupos e instituições para superá-lo, avançando na linha do Plano de Deus.

A mudança dos métodos reside na opção por uma visão mais tradicional de paraíso, queda-avanço para a ressurreição. Mas pode ser um preço justo para um projeto ecumênico que a Igreja Católica assumiu diante de outras Igrejas Cristãs. É necessário perceber isso e ver quais as vantagens e limitações na área político-social. Permitam-nos uma digressão sobre uma característica básica do Cristianismo: ele não possui uma filosofia ou uma ideologia completa e estruturada, antes propõe alguns “mandamentos” (princípios), uma visão do que seria o Reino de Deus e uma pessoa (Jesus Cristo) como modelo a seguir. O Reino de Deus nunca se realizará integralmente nesta terra e na história destes homens, o modelo que Cristo vivencia e propõe (“*Sede perfeitos como o pai é perfeito*”) é inatingível pelas sociedades humanas e por cada pessoa em particular⁷. A misericórdia completará a graça e a perfeição só será alcançada após a morte e além da história.

Nesta situação, os cristãos são obrigados, a cada etapa da história, a encarnar seus princípios e modelos na sociedade e ideologia existentes. Porém, os princípios cristãos e o modelo que têm recebido nunca estão totalmente realizados numa dada sociedade, em cada ideologia. Como os princípios e modelos os ultrapassam, nunca os cristãos estão plenamente imersos nelas. Por isso, o Cristianismo sobreviveu ao mundo romano, ao medieval, ao capitalismo e ao socialismo “reais”. Então, quando se apresenta, no plano inicial, uma visão próxima ao paraíso, há que fazer as devidas mediações. É sempre bom recordar que, apesar de estar no começo da Bíblia, o *Gênesis* foi escrito bem depois, pelos exilados na Babilônia, de maneira a responder à pergunta dos judeus: Deus nos fez para essa miséria? Para essa desgraça? A resposta é não, Deus nos fez para o paraíso. Carlos Mesters (1979), por

⁷ John Sanford (1988: 104) nos ensina que a palavra traduzida por “perfeito” em grego é “teleios”, que significaria “*levado à integridade*”, sendo derivada de “telos”, “final, chegada”. Assim, o sentido da mensagem poderia ter como meta de vida tornar-se íntegro, o que seria psicologicamente mais possível. Contudo, o que se impôs à consciência dos cristãos foi o mais exigente e inatingível “perfeito”. Ademais, no Brasil, a expressão “íntegro” sofre frequentemente uma redução de significado para “honesto”. Trocar “perfeito” por “pleno, completo”, mesmo que como meta final da vida (ou do processo de individuação, diriam os junguianos), coloca uma meta possível (a porta estreita de que fala Jesus), mas ainda dificilmente atingível. E que, cremos, continuaria necessitando da ajuda da graça divina.

exemplo, já questiona a idéia mais comum do paraíso e levanta a tese de que ele não precisaria estar no início da história, mas no fim.

É verdade que a mudança do método Ver-Julgar-Agir já havia sido feita na Igreja Católica em outros momentos. Mas, enquanto as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) o usaram, a de São Domingos (1992) já o substituíra pelo paradigma evangélico. A justificativa seria de que o método da Ação Católica permitiria uma interferência perigosa de perspectivas das ciências sociais e de visões ideológicas⁸. Realmente, na análise com que iniciamos o texto, por exemplo, fica transparente nosso posicionamento contrário à globalização neoliberal e à política norte-americana. É impossível uma análise da realidade na qual não interfiram posicionamentos políticos e ideológicos. Mas, como não se pode agir, conscientemente, sobre a realidade sem reconhecê-la e analisá-la a partir de um posto (posição) de observação, o que se deve, eticamente, aos interlocutores (e leitores) é a explicitação destes posicionamentos.

É importante considerar, também, que a estruturação de textos a partir do Evangelho, se permite uma tranqüilidade maior no campo religioso e filosófico, não está imune aos objetivos e interesses dos autores. Tal nos parece, inclusive, o caso do Texto-Base da Campanha que ora interpretado: visando o meritório objetivo de passar a imagem da paz e da solidariedade humana desejadas, foram selecionados no Evangelho trechos que a fundamentam. Mas, ao fazê-lo, e para não complicar a imagem, se minimizou ou esqueceu o quanto de conflito e paradoxo aparece no comportamento e na fala de Cristo.

Assim, a apresentação inicial do Plano de Deus como meta final do sonho humano, método seguido nesta Campanha da Fraternidade, exige, no nosso entendimento, um esforço de leitura e tradução a partir de nossa cultura e estágio político-social e, antes de passar à análise da realidade de violência que se pretende enfrentar para construir a Paz, avaliar como o modelo apresentado foi construído e proposto. É uma tarefa para teólogos, mas colocaremos alguns pontos para avaliação.

3. MODELO E LUTA PELA PAZ

A primeira parte do texto da Campanha diz que a Bíblia é “a Boa Nova da Paz”. É um bom texto, que coloca a Paz como conceito básico da Bíblia, lembra que “Shalom” significa paz mas tem significado de bem-estar, felicidade, harmonia, vida plena e harmoniosa e que o mundo perdeu a paz quando, pelo pecado, se afastou de Deus. Aqui, portanto, a maior causa da violência é o pecado que quebra a harmonia e a solidariedade, provoca conflitos entre irmãos. Deus não abandona os pecadores; os profetas mostram que Ele está do lado dos sofredores, propondo o fim da violência, a transformação das espadas e das lanças, o respeito aos direitos de todos e o abraço da Paz com a Justiça.

Mais adiante, o próprio Texto-Base afirma que não é Paz a tranqüilidade da dominação, a manutenção da ordem pelo esmagamento dos descontentes,

⁸ Essa observação foi feita após a exposição por um dos professores da Faculdade, sendo aqui incluída pela sua relevância.

como vai assumir, em referência, a hegemonia bélica norte-americana (cf. Conic, 2005: 54). Já na década de 1960 o Papa Paulo VI (1965-1978) dizia que a paz é fruto da justiça. Como construir uma sociedade harmônica e justa, uma sociedade de paz, enfrentando e vencendo a injustiça e a violência? Seria essa a tarefa dos construtores da paz. Todavia, no texto dos profetas se diz que Jesus nos deu a paz. Qual a paz que Jesus nos dá? Não é como a do mundo (Jo 14, 27; Conic, idem: 23), mas como é? Maria canta o Deus que abate os poderosos de seus tronos e eleva os humildes. Cristo, em Mateus, sentencia: “*Não julgueis que vim trazer a paz sobre a terra, vim trazer não a paz mas a espada*”. O caminho de Deus seria a oferta amorosa, pacífica, de um novo modo de viver; Jesus unifica, derruba fronteiras e limites, recusa a violência, é solidário com os pobres, pratica a caridade e o perdão, apregoa o resgate do pecador e a reintegração dos excluídos.

O Texto mostra a importância da união para a ação *solidária* (no caso do paraplégico de Cafarnaum) e *competente*. A referência à competência é decisiva, pois é crucial saber fazer; não basta o sentimento de compaixão, é necessário o esforço em direção a objetivos e saber ajudar. É um modo de admitir a centralidade da competência, da especialização, do treinamento. Mostra que a paz se constrói de duas formas: fazendo cada um descobrir o seu valor e buscando condições objetivas para as pessoas poderem andar, se realizar, usufruir seus direitos. Aliás, este é um dos poucos momentos em que se fala da resistência dos privilegiados (os que se opõem à cura) ao bem dos outros e para os quais, acrescentemos, os que lutam pelos direitos humanos e pela paz são perigosos.

Esta é uma das limitações da estratégia de começar o texto pela visão ideal do paraíso, o que dificulta mostrar o conflito, o contraditório, os obstáculos. Gostamos de lembrar que a simples existência da luz agride as trevas. A Bíblia nos diz que o salário do pecado é a morte, morte da alma e, às vezes, do corpo. Mas qual é o salário da busca da santidade? E do testemunho da verdade, marca do brasão e lema desta Faculdade⁹? Pode ser o martírio e o assassinato. Nós vemos, hoje, nas manchetes dos jornais, a mobilização para prender e punir os assassinos de uma freira, Irmã Dorothy Stang, que lutava pelos direitos dos trabalhadores e pelo meio ambiente na Amazônia. Ao lançar a Campanha pela Paz, o cardeal Dom Geraldo Majella Agnello pediu a punição do assassino, “*não por vingança*”, mas para que haja um meio de dizer que o país não concorda com ações deste tipo: “*Os mandantes do crime devem ser denunciados diante da opinião pública*” (Bochicchio, 2005: 12). Diga-se de passagem, antecipando, que, em função das posições que toma, este texto da Campanha da Fraternidade ressalta a importância do conflito (Conic, idem: 83).

Assumir o conflito social é importante, não apenas porque uma tradição comunitarista na Igreja tende a recusá-lo como também a própria concepção do texto, ao sublinhar a imagem do paraíso e a proposta amorosa de paz, não enfatiza bastante o paradoxo e o conflito – que está no próprio comportamento e nas palavras de Cristo. Ao mergulhar na realidade, entretanto, o Texto-Base aceita o conflito como uma coisa não necessariamente boa nem má, podendo inclusive ser boa. Sem dúvida, a rejeição à idéia do conflito é uma visão em si

⁹ O brasão da Faculdade é “*Pela verdade*”.

mesma autoritária e antidemocrática, porque a democracia é um regime de conflitos, ainda que dentro de normas publicamente aceitas. Nesse texto, as Igrejas explicitam essa concepção, dizendo que o problema não é a existência do conflito e sim o modo como ele é resolvido. E propõe que seja através de formas e ações não-violentas. Outra coisa interessante é a diferença que nele se faz entre a *utilização da força* e a *violência*, acolhendo, com isso, o uso legítimo da força e da repressão, como deve ocorrer agora no caso da Irmã Dorothy. Para garantir a manutenção da sociabilidade pode-se reprimir, desde que sem desrespeitar os direitos, o que seria violência.

No Texto-Base recorre-se à parábola do bom samaritano para identificar quem é o próximo, aquele que necessita de ajuda, independente da sua identidade pessoal. O amor do próximo se demonstrará por ações concretas, não inclui ninguém (vítimas e agressores), e, depois, da ajuda pontual, individual, se continua responsável por aquele que se ajudou. O perdão é fundamental para a reconciliação. Algumas vezes, e sublinhamos *algumas*, o perdão exige a generosidade gratuita. A Igreja Católica é uma instituição onde se encontra muitos exemplos do amor gratuito, não dependente de reciprocidade. Segundo o Texto, às vezes essa é uma maneira de desarmar agressões e desentendimentos. Jesus levou às últimas conseqüências a espiritualidade da reconciliação (cf. Conic, idem: 79). E as primeiras comunidades cristãs davam exemplo desse amor e da solidariedade.

Como sublinhamos a palavra “algumas”, cabe a pergunta: e nas outras vezes que o perdão exige a reciprocidade? Segundo pontuava o Papa João Paulo II (1978-2005), retomando a teologia clássica, para a pessoa ter direito ao perdão é preciso preencher três requisitos: reconhecimento do erro, o pedido de perdão e o esforço para desfazer o mal que foi feito. Muitos dos violentos não pediram perdão e continuam desrespeitando os direitos humanos. E, não esqueçamos, a Campanha se insere na luta pelos direitos humanos.

Voltemos a enfrentar as qualidades e as limitações do modelo adotado. O Texto-Base fala que Jesus “*derruba fronteiras e limites*” (Conic, idem: 78), despertando, com isso, a ira dos poderosos que se dispõem a matá-lo (idem: 26). Mas não enfatiza bastante, a nosso ver, o papel do conflito no comportamento e na fala de Jesus. Ele invertia o discurso e tinha um comportamento subversivo, no sentido radical da palavra: o exercício do paradoxo, a contradição das expectativas, o oposto do previsto em Israel, ao valorizar crianças e mulheres depreciadas, reunir-se com os impuros (que tinham menos poder de se reunir e conversar) e agir como se fosse o Senhor do sábado (quando quebrar o repouso do sábado era tido como a maior blasfêmia que se poderia cometer). Sua fala era igualmente conflituosa: dizia trazer a paz, mas esta não era como a que o mundo dá, antes uma paz que traz a espada como símbolo de divisão, separando a verdade, inclusive entre as pessoas. Para Ele, os familiares são os maiores adversários porque têm mais dificuldade de acolher a conversão e a mudança de vida do parente.

É este mesmo *Novo Testamento* que diz que Deus vomita os mornos (cf. Ap 3, 16)¹⁰. Esse Cristo ensina que a verdade nos libertará, e dizer a verdade exige

¹⁰ O texto indica como são julgadas as obras e pode ser interpretado como a exigência de que as pessoas se coloquem com paixão nelas. Mas a paixão, se não significa violência, expressa

da gente um esforço muito perigoso. Uma das fábulas mais antigas assegurava que ninguém podia ver a verdade nua, por inteiro, como se ela fosse uma mulher muito bonita, o que é compatível com a visão de Carl Jung (1875-1961) sobre a experiência do homem com o divino. Para esse psicanalista de origem luterana, em cuja visão se abre espaço para uma articulação com o pensamento religioso, observa-se a importância das Igrejas, das instituições e dos ritos para controlar o acesso direto ao *numinoso*. A visão direta do Deus, da verdade inteira, pode ser um negócio que a pessoa não agüenta. A verdade é sempre muito perigosa e dizer que ela nos libertará é incorporar uma perspectiva de ruptura e de luta.

Quando se descreve o paraíso, a tendência é sublinhar os elementos positivos. Aliás, depois de começar a definir o que seria o nosso sonho, a visão da vida em relação à paz, depois de mergulhar nos caminhos do presente, de propor as idéias, o Texto-Base da Campanha da Fraternidade conclui de modo diferente do usual. Sua conclusão não é o que fazer, porque o que fazer é parte do que está no caminho. Sua conclusão está nas bem-aventuranças. No fim, o texto sobe de novo às esferas celestiais. E diz que se você for digno das bem-aventuranças, se aceitar essa perspectiva, você já é feliz. Só ao caminhar você já é feliz na luta.

Uma das bem-aventuranças que considero atender algumas demandas nossas é aquela que diz: *“Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça porque serão saciados”*. A concepção de uma entidade (como o CEAS) que atua politicamente na ação social é muito marcada pela idéia da justiça. É verdade que, na luta pela justiça, só pelo fato de estar lutando, antes mesmo de produzir os frutos na sociedade, já se pode considerar bem-aventurado. Trata-se de uma luta que torna a vida mais saborosa. Mas nós somos pessoas humanas e limitadas, e o sofrimento diante da injustiça que não se pode combater, da derrota que não se pode evitar, muitas vezes fere. Se se tiver, durante *o tempo de vida*, indicadores de avanços e vitórias, isso pode ser parte da fragilidade humana mas é bom.

4. A NECESSIDADE DE ESQUEMAS PRÉVIOS

Estamos apontando alguns elementos para recordar que, ao fazer a opção pela visão do paraíso no começo, tem que se *eleva* as discussões ao nível filosófico e ontológico e se necessita de instrumentos de análise para, depois, se proceder à análise da realidade contemporânea. Para se ler o Texto-Base, adentrando nos problemas e soluções aí arrolados, não basta conferir, no fim, as propostas para a ação, porque algumas delas estão no seu interior. Para estruturar as contribuições seria bom ter um conceito de violência e uma idéia de suas causas. Para nós, ela consiste numa *“uma relação social caracterizada pela imposição realizada por um indivíduo ou grupo social a outro indivíduo ou grupo social contra sua vontade e natureza”* (Carvalho Neto, 1999: 36). E aí acrescentamos, *“e seus direitos”*, admitindo, assim, o uso da força quando se tem direito e transformando o conceito de violência em sinônimo de desrespeito aos direitos humanos.

Uma outra questão que propúnhamos naquele texto é que a violência acompanha toda a história dos homens. Não vamos discutir, agora, o pensamento dos que acham que ela é inata ao ser humano, como Sigmund Freud ou Thomas Hobbes, posição, aliás, compatível com a da Igreja, na medida em que identifica a violência com o pecado e assume a ambigüidade fundamental do ser humano (ter, desde o pecado original, a tendência e o poder para o bem e para o mal). Uma causa que para nós está clara é o pecado, entendido numa tradução não-religiosa como o potencial do mal que existe dentro de cada homem. O homem é o único ser da natureza capaz de fazer o bem num determinado momento e o mal num outro, decorrência da liberdade humana, já que não somos abelhas nem formigas. Enquanto existir espécie humana, enquanto o homem for, ao mesmo tempo, um ser livre e limitado, ele será ambíguo e capaz de fazer o bem e o mal.

O que é muito diferente da posição de alguns marxistas e dos democratas rousseauianos, para os quais a criação da sociedade, da divisão do trabalho e da propriedade estão na raiz de violência. No fundo, o que colocamos, sinteticamente, é que a violência segue o homem em sua história, se faz presente na cultura e na vida social. Toda cultura e todo processo social têm um potencial de violência no consciente e inconsciente de cada indivíduo. Os interesses levam a conflitos nos quais o mais forte tende a impor sua vontade, com tanto menor respeito aos interesses do outro quanto menos esse outro tenha poder de retaliação e de pedir apoio social para reivindicar seus direitos.

Ora, se é certo que o Cristianismo não propõe retaliação mas solidariedade e fraternidade, como é que nesta visão se pode incluir a tese de que para defender os direitos, a solidariedade e a paz é preciso ser capaz de retaliar? A palavra *retaliar* vem de devolver golpe com golpe. Nós temos, em grande parte, atuado na defesa dos direitos humanos, aumentando o poder de retaliação dos fracos. Como é que, hoje, podemos traduzir a idéia de não resistir ao mal que Cristo coloca? Você deve deixar os pobres serem expulsos das terras e espancados?

Mas não basta a consciência do potencial para o mal para se interpretar a realidade. Quais as outras causas deflagradoras da violência numa visão não apenas ontológica? A primeira é a desigualdade de forças. Na nossa visão, é dessa desigualdade (econômica, social e política) que decorre a impunidade. Quando se fala do desrespeito aos direitos humanos no Brasil refere-se muito à impunidade. Como ela é filha da desigualdade e, para defender os direitos humanos, é fundamental reduzir a desigualdade de forças, há que aumentar a força dos vitimáveis para fazer o outro pensar duas vezes antes de atacar e bater.

Outra das causas deflagradoras da violência é o modo como a urbanização e a industrialização foram feitas no país. A grande mudança social do século XX foi a transformação do Brasil de rural em urbano, mas mantendo a estrutura social do campo e não abrindo os espaços para o trabalho, para a vida harmônica nas cidades. As cidades “incharam”, as pessoas foram amontoadas em favelas e bairros pobres. Entender como a urbanização foi feita e as cidades atuais se constituíram é uma das chaves para compreender a questão da violência no

Brasil. Uma outra razão, de certa maneira derivada dessa, diz respeito à maneira como o neoliberalismo está sendo aplicado entre nós, ampliando a quebra dos valores, da solidariedade e dos canais de ascensão social e esperança. Grande parte dos mecanismos sociais pelos quais as pessoas acreditavam que seus filhos iam melhorar de vida está bloqueada: a migração para São Paulo, a educação (seguida da crença de que a formação em doutor daria vida garantida e emprego certo), o emprego público (com a redução do Estado as pessoas continuam sonhando e enfrentando as filas imensas dos concursos), o trabalho contínuo e regular numa empresa etc. Quem ainda acha que ser um empregado-padrão leva alguém a subir na vida e melhorar?

Uma outra causa é a história e a cultura autoritária brasileira. Na verdade, os elementos são interdependentes: onde há menos desigualdade a cultura autoritária pode até preservar-se mas terá menos condições de se exercitar, entrando em declínio. Tomemos o exemplo da desigualdade de gênero: apesar de nossa cultura machista na relação homem-mulher, na universidade pública isso não funciona tanto assim, uma vez que há concursos públicos nos quais homens e mulheres concorrem, os que passam no vestibular ou nos concursos para professores ou técnicos são colegas na faculdade, recebendo salários iguais etc. E se há machismo e a possibilidade de exploração e agressão, como a desigualdade é menor a violência também o será, podendo-se superar a cultura autoritária de maneira mais plena. A permanência de uma cultura autoritária, por outro lado, mostra que não basta ter leis. Estas podem dizer que homens e mulheres são iguais mas a cultura sustenta a desigualdade e legitima a agressão.

Sintetizando, para nós, as causas da violência seriam o potencial do mal, a desigualdade de forças, a cultura autoritária, a urbanização e a industrialização brasileiras e o modelo de implantação do projeto de globalização neoliberal. Com essas chaves de leitura pode-se, lendo o Texto-Base da Campanha da Fraternidade, enquadrar neste esquema ou num similar a grande maioria das violências denunciadas. É um trabalho de classificação e pré-estruturação porque a técnica escolhida faz com que tanto os problemas quanto as soluções estejam um pouco espalhados ao longo do texto.

5. A CAMINHADA CONTINUA

Nossa opção foi, ao invés de resumir o texto, colocar elementos introdutórios para a sua leitura. Trata-se de um texto importante não só pela sua origem, não apenas por ser ecumênico e resumir grande parte da história e da atuação da Igreja em relação aos direitos humanos (todo texto da Campanha da Fraternidade é um pouco uma síntese do caminho anterior) mas por abrir um leque de atividades e propostas. Este leque tão grande é, ao mesmo tempo, uma força e uma fraqueza: pode dispersar as atividades mas permite que cada diocese, cada paróquia, cada movimento possa escolher algumas atividades para fazer. Não é a toa que a esta Igreja é Católica, universal, capaz de abrigar carismas bem diferentes.

Acreditamos que esta introdução tenha propiciado subsídios para a leitura e aplicação que deve ser feita deste texto, durante e depois da Campanha da

Fraternidade, porque ela não termina com a Quaresma: é um momento de reflexão, realimentação e planejamento para os que vão continuar caminhando e construindo, ao caminhar, a solidariedade, a justiça e a paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bochicchio, Regina. "Paz depende de reforma agrária, diz Dom Majella". **A Tarde**, Salvador, 14 de fevereiro de 2005, p. 12.
- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. "Direitos Humanos no Brasil: uma avaliação". **Cadernos do CEAS**, 184: 35-62. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1999.
- Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). **Dignidade humana e paz: Novo milênio sem exclusões**. Texto-Base da Campanha da Fraternidade 2000 ecumênica. São Paulo, Salesiana/Dom Bosco, 2000.
- _____. **Solidariedade e Paz**. Texto-Base da Campanha da Fraternidade 2005 ecumênica. São Paulo, Salesiana, 2005.
- Mesters, Frei Carlos. **Paraíso Terrestre: saudade ou esperança?** 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1979.
- Sanford, John A. **Mal, o lado sombrio da realidade**. São Paulo, Paulinas, 1988.

* *Joviniano Soares de Carvalho Neto é doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Universidade Federal da Bahia), professor de Ciência Política (UFBA) e membro do Conselho Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver "A morte de Brizola e o nacionalismo" (**Cadernos do CEAS**, 213:13-30. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 2004). [bertino@terra.com.br]*